



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E  
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (FACE).  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGA)  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (MPA)

**Bolsa Família: um estudo sobre a efetividade do programa em  
beneficiários da Região Nordeste, entre 2012 e 2016**

## **RELATÓRIO TÉCNICO**

**Victor Souza Lopes de Oliveira  
Suylan de Almeida Midlej e Silva**

**Brasília/DF  
2018**

## **Apresentação**

Este relatório técnico consiste em um resumo expandido da dissertação “Bolsa Família: um estudo sobre a efetividade do programa em beneficiários da Região Nordeste, entre 2012 e 2016”, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública do Programa de Pós-graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília.

O principal objetivo deste relatório é fornecer à política pública que foi objeto de estudo subsídios para auxiliar na avaliação dos resultados obtidos bem como em eventuais melhorias que podem ser implementadas no programa Bolsa Família.

### **Informações complementares:**

Período de realização do mestrado: março de 2016 a março de 2018.

Título da dissertação: Bolsa Família: um estudo sobre a efetividade do programa em beneficiários da Região Nordeste, entre 2012 e 2016.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suylan de Almeida Midlej e Silva (PPGA/UnB)

Composição da banca examinadora:

- Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suylan de Almeida Midlej e Silva
- Prof. Dr. Carlos Rosano Peña
- Prof. Dr. João Mendes Rocha

## RESUMO

A presente pesquisa teve o seguinte tema: "Bolsa Família: um estudo sobre a efetividade do programa na Região Nordeste, entre 2012 e 2016". Para realizar esse estudo foi proposto o objetivo geral de investigar em que medida o Programa Bolsa Família produziu mudanças significativas nos beneficiários da Região Nordeste no período de 2012 a 2016?. A partir desse objetivo geral foram desenvolvidos objetivos específicos para selecionar dois grupos de comparação, um beneficiário do programa e outro não beneficiário; identificar o perfil socioeconômico deles; realizar a análise da variação da diferença entre os dois grupos; e elaborar mapas georeferenciados em âmbito municipal de acordo com a renda das pessoas. Como referencial teórico, foram abordados os temas de Políticas Públicas e Federalismo; Pobreza e Extrema Pobreza; Políticas Públicas Sociais de Transferência de Renda; e Efetividade das Políticas Públicas. Foi utilizado o método quase experimental com o "modelo somente depois com grupo de comparação", utilizado para projetos já iniciados e ainda não encerrados. Foram verificadas as diferenças entre os resultados do grupo de tratamento e do grupo de comparação. Os resultados indicaram que o grupo de beneficiários do Bolsa Família apresentou melhor evolução das condições econômicas, com melhor desempenho dos índices de educação e de trabalho infantil no período, mesmo com os não beneficiários apresentando maior renda e melhores condições na maioria das variáveis analisadas. Com isso, a hipótese do estudo de que o Programa Bolsa Família foi capaz de gerar impactos socioeconômicos significativamente superiores em seus beneficiários, por meio do repasse de recursos e de suas condicionalidades, foi confirmada. Por fim, foi proposta a criação de um indicador de qualidade de vida, a ser desenvolvido com base nas variáveis constantes do Cadastro Único de Programas do Governo Federal.

**Palavras-chave:** Avaliação de política pública, Programa Bolsa Família, Condicionalidades.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1.2. Objetivos</b> .....	1
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	2
<b>2.1. Políticas Públicas e Federalismo</b> .....	2
<b>2.2. Pobreza e Extrema Pobreza</b> .....	4
<b>2.3. Políticas Públicas Sociais de Transferência de Renda</b> .....	5
<b>2.4. Efetividade das Políticas Públicas</b> .....	7
<b>3. MÉTODO</b> .....	8
<b>3.1. Grupo pesquisado</b> .....	9
<b>3.2. Variáveis selecionadas</b> .....	9
<b>3.3. Procedimentos metodológicos e análise de dados</b> .....	11
<b>4. RESULTADOS DA PESQUISA</b> .....	12
<b>4.1. Caracterização dos grupos analisados</b> .....	12
<b>4.2. Variação dos indicadores do grupo de beneficiários e de não beneficiários</b> .....	13
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	17
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	22

# 1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 3º, inciso III, dispõe que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Além deste, outros dispositivos da mesma norma, a exemplo do artigo 43, do artigo 165, § 7º e do artigo 170, inciso VII, estabelecem que o governo deve ter como propósito reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Nesse sentido, o Programa Bolsa Família é uma política social que busca combater a desigualdade socioeconômica no Brasil, objetivando reduzir a miséria e a pobreza, melhorar a condição de vida da população beneficiária e interromper a transferência intergeracional da pobreza e é um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, atingindo diretamente cerca de 13,569 milhões de famílias (BRASIL, 2017).

## 1.2. Objetivos

Neste estudo pretendeu-se avaliar efeitos do Bolsa Família em seus beneficiários da Região Nordeste, identificando eventuais resultados do programa relacionados com os repasses de recursos e com suas condicionalidades. Para isso, foi proposta a seguinte pergunta de pesquisa:

**Em que medida o Programa Bolsa Família produziu mudanças significativas nos beneficiários da Região Nordeste no período de 2012 a 2016?**

Para verificar tal hipótese, foram propostos os objetivos a seguir:

### 1.2.1. Objetivo geral:

Investigar em que medida o Programa Bolsa Família produziu mudanças significativas nos beneficiários da Região Nordeste variaram em função do programa no período de 2012 a 2016.

### 1.2.2. Objetivos específicos:

1- identificar, entre os inscritos no CadÚnico, um grupo de beneficiários e outro de não beneficiários do PBF dos municípios da Região Nordeste com renda de até R\$ 170 no período de 2012 a 2016;

2- identificar o perfil socioeconômico do grupo de beneficiários do Bolsa Família e do grupo de não beneficiários desse programa nos municípios em estudo;

3- comparar a variação dos indicadores socioeconômicos em cada grupo de estudo e identificar os impactos que podem ser atribuídos ao Programa Bolsa Família;

4- elaborar mapas georeferenciados no âmbito municipal, com base no Código de Endereçamento Postal (CEP), de acordo com a renda dos grupos.

Para desenvolver o estudo sobre o PBF, será realizada uma análise comparativa entre dois grupos: um de intervenção (beneficiários do PBF) e outro de controle (não beneficiários do programa). Será utilizado um método quase experimental, com modelo de comparação que é aplicado à política pública já em andamento, com o nome "modelo somente depois com grupo de comparação". Conforme o nome do método indica, ele compara dois grupos a partir das diferenças das médias de resultados entre eles para identificar os "impactos líquidos" que podem ser atribuídos especificamente à política pública analisada. Esse método é capaz também de lidar com viés de seleção associado às características invariantes no tempo (FOGEL, 2016). Tal abordagem será detalhada no capítulo destinado ao método da pesquisa.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste tópico foram discutidos referenciais considerados relevantes para subsidiar o entendimento do caso estudado, bem como as análises relacionadas com o tema proposto.

### **2.1. Políticas Públicas e Federalismo**

De acordo com Höfling (2001), política pública é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Segundo a autora, uma das relações fundamentais do Estado é a que ele estabelece com as políticas que implementa em uma determinada sociedade em um determinado período de tempo.

Derani (2004) define política pública como um conjunto de ações coordenadas pelos entes estatais, em grande parte por eles realizadas, que se destinam a alterar as relações sociais existentes. Segundo a autora, em sociedades mais democráticas a política pública conterà de maneira mais fiel a força decisória da sociedade.

Para Jannuzzi (2016), política pública é o conjunto de decisões tomadas pelas instituições de Estado para solucionar um problema ou promover um objetivo comum da sociedade. Ele expõe que o programa público é um dos instrumentos operacionais das políticas públicas, sendo os programas sociais representantes de um subconjunto do programa público. Nesse sentido, complementa que programas sociais são sistemas administrativos complexos, com vários objetivos e operados por arranjos federativos com diversos processos de trabalho e atividades para que se produzam resultados e impactem na sociedade.

Um exemplo desse tipo de programa é o Programa Bolsa Família, que conta com a participação coordenada da União, dos estados, Distrito Federal e dos municípios.

Apesar de haver controvérsias sobre as principais características dos sistemas federativos, há duas que são consensuais entre os autores que tratam desse assunto: divisão territorial de poder governamental e desenho constitucional de suas relações (SOUZA, 2005). Essas duas características possibilitam a estruturação e sustentabilidade do sistema federativo em uma nação (SOUZA, 2005). A configuração da federação permite a existência de mais de um ente no mesmo território, compartilhando interdependência e responsabilidades de forma mais contratual que hierárquica, com divisão de funções e poderes entre os entes relacionados (SOUZA, 2005).

Dessa forma, apesar dos esforços da Constituição Federal de 1988 para descentralizar as políticas sociais, o governo federal passou a coordená-las, com o objetivo de uniformizar a implementação e facilitar a gestão dessas políticas. Souza (2005) conclui que o constitucionalismo brasileiro não foi capaz de sustentar o regime democrático e nem solucionar o problema das desigualdades econômicas entre as regiões.

O Bolsa Família, por ser uma política pública que abrange todo país e envolve repasses constantes de recursos, de informações sobre os beneficiários, inclusão e exclusão conforme a sua situação atualizada, além da necessidade de acompanhamento periódico de condicionalidades, tem trazido desafios para o seu adequado cumprimento pelos entes federativos.

De acordo com Burlandy et al. (2007), nenhum outro programa social no país foi tão dependente da articulação intersetorial das instituições da federação e de diálogo político entre os entes quanto foi o Bolsa Família.

Foi nesse contexto que o Programa Bolsa Família começou a ser implementado, representando a principal política social para a população de baixa renda do país, alcançando milhões de famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza.

## **2.2. Pobreza e Extrema Pobreza**

Conceituar pobreza é uma atividade complexa, que pode ser feita sobre o aspecto estritamente econômico ou com incorporação de aspectos não econômicos à análise. A categorização de pobreza pode ocorrer de forma subjetiva, estabelecendo-se o que seria suficiente para satisfazer as necessidades das pessoas ou que seria um nível de privação aceitável, e pode ser estabelecida de forma relativa, quando um indivíduo é comparado a outros sob algum atributo desejado, como renda, condição de emprego ou poder (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a pobreza não pode ser definida de forma única e universal, mas pode-se afirmar que ela se relaciona com carências relacionadas ao não atingimento por parte de um indivíduo de um padrão mínimo de vida conforme as referências socialmente estabelecidas em um contexto histórico (BRASIL, 2001). Os conceitos de pobreza e extrema pobreza podem ser muitos, a depender da região, dos critérios e dos objetivos da conceituação.

No Brasil, o Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016, atualizou a faixa de renda *per capita* para fins de enquadramento da pobreza no âmbito do Programa Bolsa Família, que passou a ser de até R\$ 85,00 para a situação de extrema pobreza e a partir desse valor até R\$ 170,00 para enquadramento em situação de pobreza (BRASIL, 2016).

Apesar de o Brasil possuir um grande número de pessoas abaixo da linha da pobreza, ele não deve ser considerado um país pobre, com recursos escassos, mas deve, sim, ser visto como um país com enorme desigualdade (BRASIL, 2001). O referido estudo expõe que a renda *per capita* dos brasileiros é muito superior a sua linha da pobreza, o que significa que, caso fosse bem distribuída a riqueza, não haveria um número tão elevado de pobres no país.

Osório, Soares e Souza (2011, p. 27) discorrem sobre a diferença dos impactos do crescimento da economia do país na renda das famílias pobres e nas extremamente pobres:

A resposta é que a pobreza extrema, ao contrário da pobreza em sentido amplo, responde de modo limitado ao crescimento geral da economia. Enquanto a renda das famílias entre a linha de extrema pobreza e outra linha mais elevada – por exemplo, meio salário mínimo – responde bem aos aumentos do emprego e da renda do trabalho e à diminuição da desigualdade entre os trabalhadores, o mesmo não ocorre com a renda dos extremamente pobres, para quem as transferências são fundamentais. Por essa razão, durante o período de unificação dos programas de transferência de renda no PBF e de sua expansão acelerada, o efeito sobre a pobreza extrema foi intenso.

Dessa forma, o Programa Bolsa Família se propõe a combater a pobreza e a extrema pobreza por meio do repasse de recursos e mediante a exigência de condicionalidades para reduzirem a enorme desigualdade socioeconômica existente no país, com vistas a interromper a transferência intergeracional da pobreza e da extrema pobreza.

### **2.3. Políticas Públicas Sociais de Transferência de Renda**

As políticas públicas sociais estão relacionadas com a forma que o Estado decide atuar na questão da proteção social, especialmente sobre a forma de redistribuição dos recursos arrecadados para reduzir as desigualdades estruturais na sociedade, que são resultantes do desenvolvimento econômico, conforme Höfling (2001, p. 2):

políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Para Jannuzzi (2016), um programa social é um conjunto articulado de atividades para produzir um serviço de interesse comum, solucionar ou mitigar um problema da sociedade como um todo ou em grupos específicos.

É importante que o Bolsa Família tenha mecanismos que permitam uma seleção justa e adequada da camada da população que terá acesso aos benefícios do programa, além de conseguir proporcionar ao menos os direitos sociais básicos para uma vida com dignidade a toda a população. Conforme Senna et al (2007, p. 88):

uma das mais difíceis tarefas a ser enfrentada por programas focalizados como o PBF é a construção de critérios e mecanismos de seleção dos grupos sociais que serão ou não contemplados, de forma a considerar o conjunto de vulnerabilidades sociais a que esses segmentos estão expostos.

Confirma-se a importância do programa ser justo em seus critérios de seleção da população beneficiária, de modo a se possibilitar que as pessoas que estejam em condição de privação de necessidade básicas possam ser alcançadas pela política pública e consigam superar essa vulnerabilidade, rompendo a barreira da miséria e da pobreza.

Para que a população possa ser beneficiária desses programas do Governo Federal, é necessário que elas estejam inseridas no Cadastro Único, que é o único meio utilizado pela União para controlar os beneficiários do Bolsa Família e de outros programas sociais. Destaca-se que, o simples fato de uma família estar cadastrada não significa que ela será beneficiária do PBF, é preciso que a família se enquadre como possível beneficiária e atenda a requisitos e regramentos dispostos na Lei n. 10.836/2004 (BRASIL, 2004).

Os programas de transferência condicionada de renda são destinados às pessoas em condições de insegurança alimentar e nutricional, com dificuldade de acesso a alimentos. Grande parte da renda obtida pelos beneficiários desses programas é destinada para compra de alimentos (RESENDE; OLIVEIRA, 2008), especialmente para crianças, impactando também no aumento do cuidado com a saúde (BURLANDY, 2007).

Considerando esses fatores, verifica-se que a transferência condicionada de recursos vem se apresentando como uma política que objetiva amenizar a situação de pobreza das camadas mais pobres do país, buscando uma efetividade junto aos beneficiários.

## 2.4. Efetividade das Políticas Públicas

A efetividade está ligada à capacidade de alcançar os resultados pretendidos e a avaliação da efetividade de uma política pública demonstra as relações de causalidade da política e a realidade social afetada por ela (MARINHO; FAÇANHA, 2011). Discorrem os autores que a efetividade e a eficiência de um programa são indispensáveis para a sua eficácia e para o conhecimento dos resultados pretendidos, sendo assim, consideram que os programas sociais só serão eficientes caso sejam preliminarmente efetivos e eficazes. Dessa forma, a efetividade "diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos (MARINHO; FAÇANHA, 2011, p. 2).

CASTRO (2006) considera que a efetividade na área pública indica em que medida os resultados da ação trazem benefícios à população, sendo mais abrangente que a eficácia, que só indica se o objetivo foi atingido; a efetividade mostra, portanto se o objetivo trouxe melhorias para a população beneficiária da política pública.

Para Lima (2010, p. 54):

a efetividade se refere ao grau em que a política ou programa produziram mudanças significativas e duradouras nas condições de vida do seu público-alvo (impactos) ou efeitos mais amplos sobre uma comunidade, região e sobre as instituições (efetividade social e efetividade institucional)

Sendo assim, percebe-se que a efetividade de um programa pode ser medida diretamente no seu público-alvo ou mesmo em instituições ou em comunidades e regiões. Para Frasson (2001), a avaliação de impacto avalia a efetividade, que significa os efeitos do projeto no grupo-alvo. Assim, afirma (Frasson, 2001, p. 243):

A avaliação de efetividade é imprescindível na medida em que o projeto pode estar alcançando seus objetivos (eficácia) e os recursos podem estar sendo aplicados adequadamente (eficiência), sem que o projeto esteja respondendo às necessidades ou provocando mudanças reais no público-alvo (efetividade). Daí a necessidade de se criar mecanismos que possibilitem avaliar o impacto dos projetos desenvolvidos.

Além da imprescindibilidade da avaliação da efetividade, Frasson (2001) acrescenta que somente a avaliação da efetividade possibilita estabelecer a causalidade das ações do projeto com o resultado final, podendo-se aplicar modelos experimentais ou quase-experimentais.

Para o estudo proposto neste trabalho, que se propôs a verificar a efetividade do Programa Bolsa Família para beneficiários da Região Nordeste, a identificação da

efetividade desse programa será medida comparativamente ao grupo de não beneficiários, de modo a identificar diferenças passíveis de serem atribuídas ao Bolsa Família e que não foram identificadas no grupo contrafactual, de não beneficiários dessa política pública.

### 3. MÉTODO

A presente pesquisa foi realizada com o método quase experimental, no qual os membros dos grupos com e sem o programa não são selecionados aleatoriamente. O modelo utilizado foi o modelo para comparação com a política pública já em andamento, denominado "modelo somente depois com grupo de comparação" (COHEN; FRANCO, 2008, p. 134).

Esse modelo é utilizado para análises em projetos iniciados, mas que ainda não foram encerrados. O modelo contrasta os resultados obtidos com o grupo submetido à intervenção (beneficiários do PBF) e o outro grupo contrafactual, que não recebeu o tratamento da política.

Conforme Gertler et al (2015, p. 189):

A maioria das avaliações de impacto testa uma hipótese simples incorporada à questão: *o programa tem impacto?* Em outras palavras, *O impacto do programa é diferente de zero?* Responder a esta pergunta requer dois passos:

1. Estimar os resultados médios dos grupos de tratamento e de comparação.
2. Avaliar se existe diferença entre o resultado médio do grupo de tratamento e o resultado médio do grupo de comparação.

Vale ressaltar que esta visão de avaliação de impacto se insere em uma abordagem quantitativa, dentro de um método quase experimental em que são verificadas as diferenças entre o resultado médio do grupo beneficiário do Bolsa Família comparativamente ao grupo não beneficiário. Neste caso, o contexto não adquire muita relevância, em razão da existência dos mesmos fatores interagindo nos dois grupos, portanto, o que difere e deve ser medido é o aspecto comparativo em relação a dois grupos de análise.

Os critérios de comparação surgiram das variáveis do CadÚnico escolhidas para retratar a realidade socioeconômica das famílias de cada grupo e sua evolução no período de 2012 a 2016, servindo como indicadores para as análises. Com isso, buscou-

se obter os "resultados líquidos" do programa, ou seja, o seu impacto (COHEN; FRANCO, 2008).

Quanto ao enquadramento metodológico, trata-se de uma avaliação de política pública, utilizando uma abordagem quantitativa, combinada com análise qualitativa dos principais resultados. O método quantitativo busca garantir a precisão dos resultados, evitando distorções na sua análise e interpretação e promove uma margem de segurança quanto às inferências, sendo aplicado com frequência nos estudos descritivos, que buscam descobrir a relação de causalidade entre os fenômenos (RICHARDNSON, 1999).

Dessa forma, para atribuir os impactos gerados pelo Bolsa Família, foi realizada comparação das variações do grupo de controle com as variações no grupo de beneficiários do programa, sendo verificados os resultados passíveis de serem atribuídos ao PBF.

### **3.1. Grupo pesquisado**

A pesquisa utilizou dois grupos de comparação: beneficiários do Bolsa Família (grupo de tratamento) e não beneficiários (grupo de controle), ambos inscritos no Cadastro Único. Os dados constantes desse cadastro serviram como subsídio para a divisão desses dois grupos distintos.

A definição dos grupos foi realizada a partir de uma "linha de corte" estabelecida em função da renda. A separação considerou o limite de renda *per capita* definido pelo Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016 para recebimento dos benefícios do PBF, que é de R\$ 170,00 (BRASIL, 2016). Após essa segregação, os beneficiários do Bolsa Família foram separados em um grupo e os não beneficiários em outro. Os grupos então apresentaram a seguinte composição: 306.096 famílias não beneficiárias e 10.604.064 famílias beneficiárias do programa. Percebe-se a grande predominância de beneficiários do Bolsa Família no CadÚnico na faixa de renda de até R\$ 170,00.

### **3.2. Variáveis selecionadas**

As variáveis foram selecionadas em função da sua relação com as condicionalidades do Bolsa Família e com a possibilidade de influenciar na qualidade

de vida das famílias e nas condições socioeconômicas da população, conforme o enquadramento das informações de cada pessoa.

As variáveis selecionadas foram utilizadas como indicadores para medir a efetividade do Bolsa Família, tendo sido escolhidas as seguintes variáveis, com as respectivas nomenclaturas atribuídas pelo CadÚnico:

Características do local do domicílio (CO\_LOCAL\_DOMIC\_FAM)

Informação (autodeclarada, não oficial) do local onde o domicílio se situa, se urbano ou rural.

Quantidade de pessoas no domicílio

Informa o total de pessoas no domicílio que reside a família. Mais de uma família pode conviver em um domicílio, mas essa informação não é utilizada para o cálculo da renda *per capita* familiar.

Analfabetismo (CO\_SABE\_LER\_ESCREVER\_MEMB)

Informa se a pessoa sabe ler e escrever.

Trabalho infantil (IN\_TRABALHO\_INFANTIL\_PESSOA)

Informa se há trabalho infantil na família.

Renda média da família (VL\_RENDA\_MEDIA\_FAM)

Informa o valor da renda média *per capita* da família.

Destino do lixo domiciliar (CO\_DESTINO\_LIXO\_DOMIC\_FAM)

Informa como é coletado o lixo: diretamente; indiretamente; queimado ou enterrado; jogado em terreno baldio ou na rua; jogado no rio ou mar; ou se tem outro destino.

Acesso à água canalizada (CO\_AGUA\_CANALIZADA\_FAM)

Informa se o domicílio tem água canalizada.

Forma de abastecimento da água (CO\_ABATECE\_AGUA\_DOMIC\_FAM)

Informa como o domicílio é abastecido com água: rede geral de distribuição; poço ou nascente; cisterna; ou outra forma de abastecimento.

Escoamento sanitário (CO\_ESCOA\_SANITARIO\_DOMIC\_FAM)

Informa como é realizado o escoamento sanitário do domicílio: rede coletora de esgoto ou pluvial; fossa séptica; fossa rudimentar; vala a céu aberto; direto em rio, lago ou mar; ou outra forma de escoamento.

Calçamento do domicílio (CO\_CALCAMENTO\_DOMIC\_FAM)

Informa se o domicílio é totalmente calçado, parcial ou se não tem calçamento.

Índice de escolaridade (ensino fundamental, médio etc.);

Essas variáveis do Cadastro Único foram as escolhidas para o estudo e serão analisadas nos resultados da pesquisa dispostos no capítulo 4.

### **3.3. Procedimentos metodológicos e análise de dados**

Como procedimento metodológico foi utilizada pesquisa documental a partir dos dados do CadÚnico, sendo possível, devido à grande quantidade de informações constantes neste banco de dados, realizar a avaliação de diversos indicadores socioeconômicos dos grupos selecionados. Esse método de análise costuma ser utilizado na avaliação de políticas públicas e é denominado de *propensity score* ou score de propensão (ROSENBAUM; RUBIN, 1983).

A análise dos grupos foi realizada com o software R (versão 3.4.2) que associa análise quantitativa com análise qualitativa. A análise qualitativa dos dados foi realizada a partir das variáveis selecionadas do CadÚnico e dos resultados coletados com a pesquisa quantitativa, observando os indicadores socioeconômicos comparados aos dois grupos analisados e sua variação em função do Programa Bolsa Família. Buscou-se identificar a existência de relações causais do PBF com a evolução socioeconômica do grupo beneficiário.

Além disso, foram elaborados mapas georeferenciados com base no Código de Endereçamento Postal (CEP) dos municípios para as variáveis de renda e para o indicador criado nesse estudo. O georeferenciamento consistiu na utilização das coordenadas geográficas do código postal dos municípios e sua inserção no mapa do Brasil, mais precisamente da Região Nordeste, conforme os dados da renda desses municípios. Com essa abordagem, realizou-se uma análise comparativa entre um grupo

beneficiário do PBF e outro não beneficiário, de modo a identificar impactos capazes de serem atribuídos ao PBF.

## **4. RESULTADOS DA PESQUISA**

### **4.1. Caracterização dos grupos analisados**

A partir das análises realizadas nesse tópico foi possível constatar que:

a) houve pouca mobilidade dos beneficiários entre os estados, com baixíssima mudança em ambos os grupos;

b) há uma concentração dos domicílios em meio urbano de 73,31% dos não beneficiários e de 62,32% dos beneficiários, com um movimento no sentido do meio rural, que aumentou 0,9% e 10,6%, respectivamente em cada grupo. Percebe-se que a população beneficiária do PBF tem maior índice rural e, ainda, passou por um aumento significativo do número de domicílios rurais. Essa informação pode servir de subsídio para direcionamento de ações do Bolsa Família, de modo a aperfeiçoar o alcance e melhorar os impactos do programa.

Quanto aos não beneficiários, é possível considerar a hipótese de que a predominância de residências em zonas urbanas contribui para terem menor participação no Bolsa Família. Isso porque as pessoas que se enquadram na faixa de renda apta ao recebimento dos benefícios do PBF e não estão vinculadas ao programa são muito maior em áreas urbanas que em rurais. Em outras palavras, o índice de pessoas teoricamente aptas a se inscrever no PBF e que efetivamente estão inseridas no programa é cerca de 2/3 maior em zonas rurais que nas urbanas, mesmo considerando que nas zonas urbanas o acesso às informações e às instituições oficiais tende a ser mais fácil, o que deveria facilitar esse acesso e gerar maior vinculação ao PBF. Apesar disso, houve maior proporção de inscritos no Bolsa Família no meio rural.

Nesse contexto, nota-se que há uma concentração urbana dos inscritos no CadÚnico e que o grupo dos beneficiários têm maior proporção de habitantes no meio rural que o grupo dos não beneficiários e, ainda, passaram por aumento nesse índice de mais de 10% no período 2012-2016;

c) com relação à quantidade de pessoas por residência, houve a grande predominância dos domicílios com 2 a 6 pessoas em ambos os grupos. Vale destacar a

maior precisão na coleta das informações do grupo de beneficiários, em razão da maior taxa de resposta apresentada.

Diante das análises realizadas, percebe-se certa uniformidade nas características dos grupos em estudo e na evolução dos seus dados no período 2012-2016. No subtópico 4.2., a seguir, serão analisadas outras variáveis do CadÚnico, com vistas a identificar seu comportamento e buscar identificar eventuais impactos atribuíveis ao Bolsa Família.

#### **4.2. Variação dos indicadores do grupo de beneficiários e de não beneficiários**

A partir das análises realizadas, foi possível tecer algumas análises sobre a situação econômica dos dois grupos, dentre as quais:

a) os não beneficiários apresentam uma renda média na Região Nordeste equivalente a mais do dobro da renda dos beneficiários do PBF, com respectivamente R\$ 75,02 e R\$ 36,95;

b) o estado com a menor renda média do grupo de não beneficiários também apresenta a renda média maior que o dobro da do estado com menor renda do grupo de beneficiários, com respectivamente R\$ 64,79 e R\$ 28,75;

c) já o estado com maior renda média do grupo de não beneficiários, atingiu um valor próximo ao dobro do maior valor dos não beneficiários, com respectivamente R\$ 82,34 e 42,35;

d) os dois grupos apresentam grande desigualdade na renda média *per capita*, pois todos os estados apresentaram renda média mínima = R\$ 0,00 e máxima = R\$ 170,00 tanto para o grupo de não beneficiários do Bolsa Família quanto para o de beneficiários;

e) a grande superioridade de renda do grupo dos não beneficiários é verificada em todos os estados da Região Nordeste, sem qualquer exceção, ou seja, essa predominância se manteve constante em todos estados nordestinos.

A par das análises já realizadas, outro aspecto salutar do programa é que, mesmo com a grande diferença de renda entre os grupos, que indica uma maior fragilidade dos beneficiários, o grupo dos beneficiários conseguiu melhores resultados

no período 2012-2016 na redução do trabalho infantil e, também, na redução do índice de analfabetismo das amostras estudadas.

Diante dessa enorme diferença de renda média apresentada entre os grupos no ano de 2012, é possível constatar que os beneficiários do Programa Bolsa Família apresentam uma situação econômica muito inferior à situação dos não beneficiários, o que indica que a política está sendo direcionada e aplicada em famílias com maiores privações econômicas, trazendo maiores retornos e gerando melhores resultados com os recursos utilizados pelo programa.

Os resultados indicaram que os benefícios financeiros concedidos pelo Programa Bolsa Família foram capazes de reduzir a desigualdade entre os grupos estudados. Os aumentos nos valores repassados tiveram maior impacto na renda dos beneficiários do que o crescimento da renda obtida pelo grupo dos não beneficiários.

Para confirmar as análises sobre a renda dos dois grupos foi realizado o "Teste T", que serve para comparar o valor da estatística "T" com o valor crítico, conforme um nível de significância, de modo a aceitar ou rejeitar uma hipótese (WOOLDRIDGE, 2013).

Dessa forma, é possível constatar se as médias das amostras dos beneficiários e não beneficiários é significativamente diferente. Assim, a realização do "Teste T" indicará se há diferenças significativas entre os grupos de beneficiários e não beneficiários, com a seguinte hipótese: "há diferença significativa entre as médias de renda das amostras dos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família nos anos de 2012 e 2016", tendo ocorrido os seguintes resultados:

O teste do *p-value* foi próximo de zero, o que faz concluir que, ao nível de confiança de 95% o resultado deve ser considerado significativo, ou seja, a hipótese seria rejeitada apenas se o *p-value* fosse maior que 5%. Conforme Wooldridge (2013, p. 125):

Em vez de fazer o teste em diferentes níveis de significância, é mais informativo responder à seguinte questão: dado o valor observado da estatística *t*, qual é o menor nível de significância ao qual a hipótese nula seria rejeitada? Esse nível é conhecido como o **p-valor** do teste.

Assim, o Teste T indicou que há diferença significativa na renda entre os grupos de não beneficiários e beneficiários. Além disso, os valores encontrados

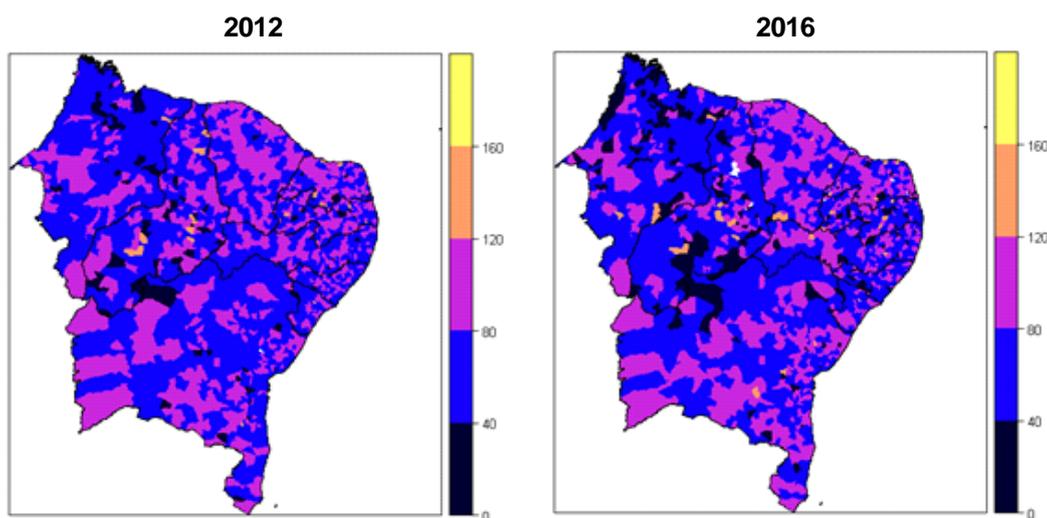
demonstram que a renda é estatisticamente maior para os não beneficiários em 2012 e em 2016, com os seguintes valores médios da renda:

a) em 2012: beneficiários R\$ 41.63015; não beneficiários R\$ 77.03870;

b) em 2016: beneficiários R\$ 47.49975; não beneficiários R\$ 85.42418.

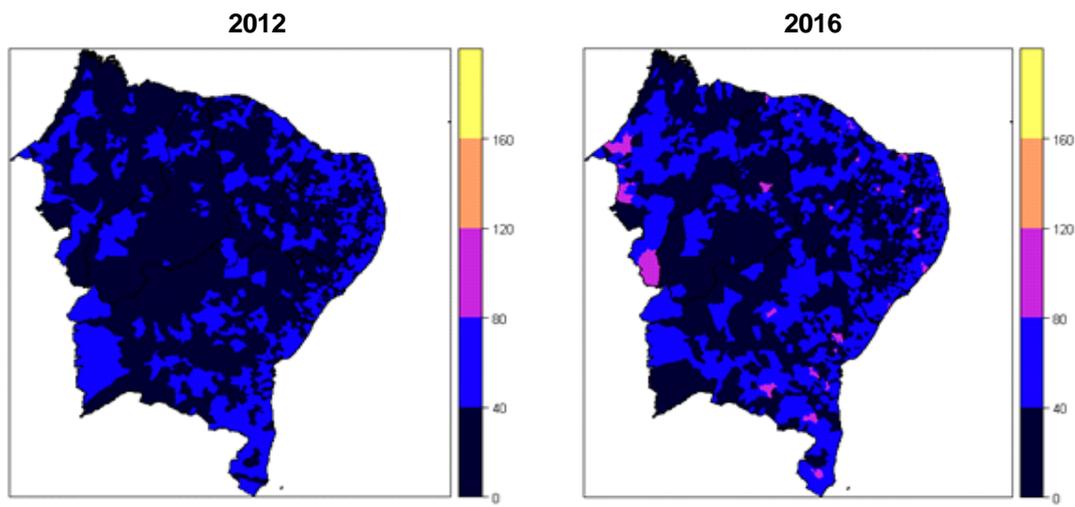
Em complemento às análises da renda de cada pessoa, e com o objetivo de ilustrar a composição da renda nos municípios estudados e a sua evolução no período 2012-2016, foram elaboradas as Figuras 1 e 2, abaixo, relativas ao grupo de não beneficiários e de beneficiários, respectivamente. O georeferenciamento foi realizado a partir do Código de Endereçamento Postal (CEP) dos Municípios da Região Nordeste e as figuras apresentam coloração conforme a faixa de renda média mensal verificada nos municípios, sendo escalonadas em faixas de 40 reais para cada cor, conforme a seguir:

Figura 1: Distribuição da renda georeferenciada por município (não beneficiários)



Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do MDSA

Figura 2: Distribuição da renda georeferenciada por município (beneficiários)



Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do MDSA.

A visualização das Figuras 1 e 2 permite algumas análises:

a) a renda dos não beneficiários é maior nos dois períodos, com predominância das cores azul e rosa, das faixas de renda de R\$ 40 a R\$ 120. Já a renda do grupo de beneficiários, ficou menor, com predominância das cores preta e azul, entre R\$ 0 e R\$ 80;

b) o grupo de não beneficiários demonstrou uma leve redução na renda no período 2012-2016, com redução da cor rosa e aumento das cores azul e preta;

c) os beneficiários do PBF apresentaram evolução na renda entre 2012-2016, perceptível pela redução da cor preta e aumento da cor azul e surgimento da cor rosa em alguns municípios. Além disso, percebe-se nos dois anos que a costa do litoral Nordeste apresentou melhor renda média dos municípios no geral, com quase a totalidade dos municípios na cor azul, indicando renda entre R\$ 40 e R\$ 80 comparativamente ao interior da Região, que apresentou a maior parte da renda média de R\$ 0 a R\$ 40.

Com relação às variáveis educacionais, foi constatado que a taxa de analfabetismo foi reduzida e foi possível identificar também a redução do índice de pessoas que nunca havia frequentado escola ou creche em ambos os grupos. Houve redução nos índices de pessoas que nunca frequentaram escolas ou creches nos dois grupos estudados, com melhores resultados verificados no grupo dos beneficiários do PBF, que obtiveram redução de 53,7%, com menos 923.950 pessoas nessa condição,

frente à redução de 16,1% entre os beneficiários, com menos 7.920 pessoas que nunca frequentaram escola ou creche.

Para o período 2012-2016, os dados também apontam um aumento da utilização do ensino particular pelos dois grupos, sendo que o de não beneficiários reduziu a utilização da rede pública em 15,9%, enquanto os beneficiários praticamente não alteraram esse percentual, com aumento de apenas 0,6%. Os dados indicam ainda que o percentual de pessoas que já frequentaram escolas ou creches, mas atualmente não frequentam cresceu nos dois grupos, 19,8% e 24,6%, para não beneficiários e beneficiários, respectivamente.

Foram verificados poucos avanços nos cursos do grupo de não beneficiários, com exceção do aumento de pessoas no curso superior e na pós-graduação, que melhoraram em 126,4% no período. Os beneficiários apresentaram melhores índices, com aumento de 365,6% no curso superior e pós-graduação e 125,6% no ensino médio, regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esses resultados reforçam o melhor desempenho no quesito educação para o grupo de beneficiários do Bolsa Família no período analisado.

Verificou-se também que as crianças estão dando continuidade aos estudos. Com isso, a presença da criança na escola tende a reduzir a jornada de trabalho infantil ou mesmo afastá-la, contribuindo também para a redução da taxa de analfabetismo.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das análises desse estudo, foi possível constatar que os grupos estudados estavam enquadrados em características socioeconômicas muito similares, conforme proposto e detalhado na metodologia. Isso permitiu que as modificações nos índices das variáveis selecionadas do CadÚnico fossem relacionadas com a participação ou não no Programa Bolsa Família, de modo a possibilitar mais um estudo sobre essa relevante política pública para o país e que atende milhões de famílias pelo Brasil.

Neste trabalho optou-se por concentrar os esforços de análise na Região Nordeste, que é responsável por mais da metade dos beneficiários do Bolsa Família existentes no país. Entretanto, vale ressaltar a possibilidade de extrapolar as constatações aqui realizadas para as demais regiões do país, considerando que as

características socioeconômicas dos inscritos no CadÚnico são bastante semelhantes pelo país.

Conforme exposto no decorrer do trabalho, os impactos do crescimento da economia na qualidade de vida da população são diferenciados nas famílias na faixa de renda da extrema pobreza e nas famílias na linha da pobreza. Dessa maneira, faz-se necessário que as políticas públicas tenham condições de tratar ambas as faixas de renda, especialmente a da extrema pobreza, cujas famílias vivem em situação de grave fragilidade e possuem pouca capacidade para obter benefícios diretamente da melhoria da situação econômica do país.

Assim, a transferência de renda mostra-se extremamente importante para as famílias em condição de extrema pobreza, por encontrarem-se em situação de extrema fragilidade, o que prejudica sua capacidade de reação para melhorar suas condições e aproveitar as oportunidades advindas do crescimento econômico e aumento dos empregos em seu país.

As análises também demonstraram que os dois grupos estudados apresentaram características muito semelhantes de distribuição geográfica na Região Nordeste, com baixo índice de mudança entre os estados em que as famílias residem. Outro ponto verificado foi a predominância de residências em ambientes urbanos, com maior índice no grupo dos não beneficiários com 73,31%, enquanto os beneficiários do PBF apresentaram índice de 62,3% de população urbana.

Como as áreas urbanas tendem a ter melhores estruturas de serviços públicos, como hospitais, escolas, creches etc. seria importante que os gestores do programa considerassem efetivamente essa situação, visando minimizar eventuais desigualdades entre os beneficiários em razão das diferenças de infraestrutura local relacionada às condicionalidades do programa.

Outro ponto digno de nota se refere às condicionalidades do PBF, pois a questão dos impactos dessas condicionalidades merece mais atenção, especialmente para tentar garantir maior efetividade das exigências feitas aos beneficiários do programa. Destaca-se a importância das condicionalidades do programa, as quais beneficiam as famílias e permitem aos entes estatais diagnosticarem fragilidades nos serviços públicos prestados, de modo a adequá-los, beneficiando não apenas as famílias

inseridas no Bolsa família, mas também a comunidade usuária dos serviços públicos aprimorados.

A necessidade de ajustar as condicionalidades pode ser pensada em razão do amadurecimento esperado dos beneficiários, considerando que o programa existe desde 2004 e já se passaram mais de 13 anos, o que permitiria expandir as exigências de saúde e educação como, por exemplo, ir além da simples cobrança de frequência escolar, considerando o desempenho dos alunos e a taxa de aprovação. Essa medida seria mais efetiva se fossem incentivadas melhorias na qualidade do ensino prestado pelos municípios às crianças e aos adolescentes.

No que se refere ao valor repassado pelo programa ser considerado ainda insuficiente para afastar o trabalho infantil, trazendo uma dupla jornada para as crianças, pode ser esperada uma maior efetividade das condicionalidades de saúde e educação caso esses recursos sejam majorados.

Além da constatação neste estudo da redução do trabalho infantil para as famílias beneficiárias do programa, que já pode impactar na melhoria do desempenho dos alunos, esse aumento de renda pode possibilitar a melhoria da qualidade da alimentação e das instalações físicas, além do aumento dos recursos destinados aos alunos, que pode ter impacto também nas condições de saúde da família.

Sobre os eventuais trabalhos a serem realizados em pesquisas futuras, poderiam ser desenvolvidos estudos sobre o custo resultante da imposição de condicionalidades, comparativamente aos benefícios desse controle. Tal abordagem já foi objeto de estudo em outros países e demonstrou um elevado custo para esse controle, o que pode ser uma importante informação para eventuais ajustes no programa brasileiro.

Uma abordagem ambiciosa, mas que merece ser alvo de estudos futuros, é a verificação dos resultados gerados com os recursos do Programa Bolsa Família e comparar com os custos relativos à sua gestão, bem como dos seus repasses. Essa análise poderia dar fortes subsídios sobre a pertinência de se manter, ampliar ou reduzir o programa.

Por fim, como maior constatação deste trabalho, foi que entre os dois grupos pesquisados, apesar dos não beneficiários do Bolsa Família terem maior renda média *per capita*, mais precisamente o dobro dessa renda frente aos beneficiários, os índices

de educação e trabalho infantil encontrados no período 2012-2016 apontaram para melhores desempenhos dos beneficiários do programa, o que indica que as condicionalidades de presença na escola estão contribuindo para a redução do trabalho infantil e para desenvolver os índices de educação das famílias. Por fim, será sugerida a criação de um índice capaz de medir o nível de qualidade de vida das pessoas, denominado Indicador de Qualidade de Vida (IQV), conforme a seguir:

Como produto dessa pesquisa foi proposta a criação de um Indicador de Qualidade de Vida com variáveis do CadÚnico. Para o indicador proposto foram selecionadas 10 variáveis do CadÚnico conforme o Quadro 1, abaixo. Para cada item podem ser atribuídas pontuações de acordo com a sua contribuição para a qualidade de vida do grupo analisado, de modo que o IQV criado possa representar o somatório das pontuações atribuídas em todos esses 10 itens.

Quadro 1: Itens do CadÚnico propostos para a criação do indicador de qualidade de vida

<b>Trabalho infantil na família</b>
Sim
Não
<b>Pessoa sabe ler e escrever?</b>
Sim
Não
<b>Curso mais elevado que a pessoa frequentou</b>
1 - Creche
2 - Pré-escola (exceto CA)
3 - Classe de Alfabetização - CA
4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), 1ª fase do 1º grau
5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginasial), 2ª fase do 1º grau
6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)
7 - Ensino Fundamental Especial
8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)
9 - Ensino Médio Especial
10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)
11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª)
12 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
14 - Alfabetização para Adultos (Mobral e outros)
15 - Nenhum
<b>Características do local onde está situado o domicílio</b>
Urbano
Rural
<b>Domicílio tem água encanada</b>
Sim
Não

<b>Forma de abastecimento de água</b>
Rede geral de distribuição
Poço ou nascente
Cisterna
Outra forma
<b>Forma de escoamento sanitário</b>
Rede coletora de esgoto ou pluvial
Fossa séptica
Fossa rudimentar
Vala a céu aberto
Direto para um rio, lago ou mar
Outra forma
<b>Calçamento</b>
Total
Parcial
Não Existe
<b>Quantidade de pessoas no domicílio</b>
Até 2 pessoas
De 3 a 4 pessoas
De 5 a 7 pessoas
De 8 a 10 pessoas
mais de 10 pessoas
<b>Forma de coleta do lixo</b>
1 - Coletado diretamente
2 - Coletado indiretamente
3 - Queimado ou enterrado na propriedade
4 - Jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida etc.)
5 - Jogado em rio ou mar
6 - Outro destino

Fonte: elaborado pelo autor.

Para calcular o indicador seria somada a pontuação atribuída em cada um dos 10 itens de modo a obter, em números, a qualidade de vida de cada pessoa, considerando vários aspectos relativos a sua condição de vida, de acordo com as declarações registradas no CadÚnico.

É importante atentar-se para o risco de subjetividade do indicador proposto. Sendo assim, as variáveis selecionadas devem ser devidamente amparadas por pesquisas que demonstrem a sua contribuição para a qualidade de vida das pessoas.

Dessa forma, podem ser atribuídas diferentes pontuações para cada variável, de modo a se estabelecer o *score* de cada questão, mas deve haver a preocupação em dar maior pontuação para as condições que indicam melhor qualidade de vida, com a

consequente redução da pontuação atribuída a cada subitem conforme se reduz a condição de qualidade de vida das opções existentes no questionário.

A utilização desse índice pode auxiliar na análise da realidade social das famílias, bem como informar sobre os impactos das diversas políticas públicas em seu público alvo, trazendo importantes informações para melhoria das políticas públicas.

Nesse sentido, a hipótese do estudo foi a de que: "o Programa Bolsa Família foi capaz de gerar impactos socioeconômicos significativamente superiores em seus beneficiários, por meio do repasse de recursos e de suas condicionalidades, comparativamente aos não beneficiários do programa". Sendo assim, é possível considerar que essa hipótese efetivamente foi identificada nos resultados, especialmente em razão da redução do trabalho infantil, melhores índices de escolaridade e, também, pela melhor evolução da renda para os beneficiários do programa no período 2012-2016.

Ainda assim, vale reforçar a importância de se aprimorar as condicionalidades, de modo que possam contribuir ainda mais para a efetividade do Programa Bolsa Família, como aumentar a exigência de melhoria na qualidade da vida escolar dos filhos dos beneficiários, além da já existente necessidade de presença mínima na escola. Também a existência de programas complementares de acesso ao emprego e capacitação profissional possibilitariam melhores resultados para a qualidade de vida dos beneficiários.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 8.794, de 29 de junho de 2016. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jun. 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8794-29-junho-2016-783290-publicacaooriginal-150682-pe.html>>. Acesso em: 15 ago/2016.

\_\_\_\_\_. *Pagamento mensal – 2016*. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/dados/bolsa-familia/pagamento-mensal-2016>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A Estabilidade Inaceitável:

desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA 2001. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4049](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4049)>. Acesso em: 11 out. 2017.

BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jan. 2004b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)>.

BURLANDY, L.; MONNERAT, G. L.; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política pública social brasileira? *Rev. Katál.* v1. n1. Florianópolis, p. 86-94. jan/jun. 2007.

CASTRO, R. B. Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública. *ENANPAD 2006, 30 Encontro ANPAD 23 a 27 de setembro/2006 - Salvador/BA.*

COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. *A pobreza como um fenômeno multidimensional*. RAE-eletrônica, v.1, n. 2, jul-dez/2002.

DERANI, C. Política pública e a norma política. *Revista da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n.41, p.19-28, jul. 2004.

FOGUEL, M. N. Diferenças em diferenças. In: MENEZES FILHO, N. A. (Org). *Avaliação econômica de projetos sociais*. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2016. p. 99-126.

FRASSON, I. *Critérios de eficiência, eficácia e efetividade adotados pelos avaliadores de instituições não-governamentais financiadoras de projetos sociais*. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82184/175094.pdf?sequence>>. Acesso em 26 fev 2018.

GERTLER, P. J.; MARTINEZ, S.; PREMAND, P.; RAWLINGS, L. B.; VERMEERSCH, C. M. J. 2015. *Avaliação de Impacto na Prática*. Banco Mundial, Washington, 2015.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

JANNUZZI, P. M. *Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Campinas: Alínea, 2016.

LIMA, V. F. A. Tendências da Avaliação no Âmbito das Políticas Públicas - Desafios e Perspectivas. *I Seminário Internacional & III Seminário de Modelos e Experiências de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos* (2010). Disponível em: <<http://arcus-ufpe.com/files/semcap10/semcap1003.pdf>>. Acesso em 25/2/2018.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. *Programas Sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação*. Rio de Janeiro, abr/2001. IPEA. Texto Para Discussão n. 787.

OSÓRIO, R. G.; SOARES, S. S. D.; SOUZA, P. H. G. F. *Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil*. IPEA - Texto Para Discussão 1619, maio/2011.

RESENDE, A. C. C.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Avaliando Resultados de um Programa de Transferência de Renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os Gastos das Famílias Brasileiras. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 235-265, abr./jun. 2008.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSENBAUM, P.; RUBIN, D. The central role of the propensity score in observational studies for causal effects. *Biometrika*, Britain, v. 70, n. 1, p. 41-55, apr.1983.

SENNÁ, M. C.; BURLANDY, L.; MONNERAT, G. L.; SCHOTTZ, V.;  
MAGALHÃES, R. Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 10, nº 1, p. 86-94, Jun/2007.

SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, n. 24, p. 105-122, 2005.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.